

## Espaço-Região, paisagem e território: conceituais básicos para um exercício de História Ambiental na Mata do Louzeiro- Campina Grande-PB

ROZEANE ALBUQUERQUE LIMA<sup>1</sup>

CRISTIAN JOSÉ SIMÕES COSTA<sup>2</sup>

### **Espaço e tempo: os cruzamentos teóricos possíveis**

A afirmação de March Bloch de que “A História é o estudo do homem no tempo” em meados do Século XX por muito tempo foi acatada sem muitas contestações pelos historiadores. Bloch tentava legitimar o campo da História enquanto ciência ao afirmar que era um estudo e, ao mesmo tempo enfatizar que o objeto de estudo da História seriam as transformações e permanências que envolviam o ser humano ao longo de um determinado recorte temporal. Atualmente, no entanto, ao refletir sobre os vários caminhos que a História tem percorrido, percebe-se a necessidade de se complementar o conceito afirmando que a História é o estudo do ser humano no tempo e no espaço.

Este diálogo mais próximo da História com o conceito de espaço é, em parte, herdeiro da discussão sobre o alargamento do campo de pesquisa histórico proposto pela Escola dos Annales e que ocorreu ao longo do Século XX permitiu um trabalho mais interdisciplinar e notadamente uma aproximação maior com a Geografia.

A escola geográfica de Vidal de La Blache, constituída como uma alternativa à escola geográfica alemã (que tinha Ratzel por referência e era determinista), discutindo a ideia de um possibilismo geográfico, evidenciando as várias respostas que os seres humanos davam aos desafios enfrentados no Ambiente, influenciou bastante o pensamento de Lucien Febvre em sua obra *O Reno, História, mitos e realidades* e Fernand Braudel em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela UFCG, Especialista em História do Nordeste pela UEPB, Graduada em História, Letras e Direito pela UEPB.

<sup>2</sup> Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFCG, Especialista em Geografia e Gestão Ambiental pela FIP, Graduado em Biologia pela UEPB.

Cumpramos enfatizar a importância desta obra de Braudel nos debates sobre espaço e, posteriormente no exercício da História Ambiental. Para estudar o seu objeto Braudel usou três temporalidades distintas: a longa, a média e a curta duração, com ritmos diferentes entre si. Para o estudo da longa duração o autor considerou tudo o que se transforma lentamente, e colocou o espaço enquanto algo passível desta transformação.

Associando conceitos de civilização e macro-espacialidade, ou seja, de sociedade e meio geográfico, Braudel propôs uma nova concepção historiográfica: a Geo-História que propunha que o historiador usasse a Geografia como grade de leitura para a História e deslocava o espaço para o primeiro plano. Elementos climáticos, vegetais, animais e geológicos, interagindo com o ser humano, eram observados em uma história quase imóvel. Há aqui uma espacialização da temporalidade.

Braudel trabalhou com um único espaço, no entanto o tempo avança nele com velocidades diferentes. Para o autor, tudo estar sujeito a mudanças, inclusive o próprio espaço, estando tempo e espaço sujeitos aos ditames um do outro.

É importante que se tenha em mente que o recorte temporal de uma pesquisa é diferente do ritmo de tempo que o pesquisador sintoniza para a análise de um dado objeto. Pode-se ter um recorte temporal de 20 anos em uma pesquisa e vários ritmos de temporalidade. O mesmo ocorre com o espaço: a longa duração não necessariamente ocorre em um espaço macro, cuja homogeneidade é difícil de ser encontrada. Ela pode ser utilizada em espaços menores; neste caso, veremos mais adiante a influência do conceito de região, que a história também se apropriou da Geografia.

O espaço ao qual nos referimos pode ser um dado recorte geográfico ou político que é o palco das transformações e permanências ocorridas com o ser humano, espaço este necessariamente social. Dialogando com as novas reflexões sobre o conceito de espaço em um período mais recente, notadamente no início do Século XXI, conforme José D'Assunção Barros:

*“... este Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura), e adivinha-se que em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o*

*“espaço virtual”, produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial.” (BARROS, 2006:462).*

Refletindo sobre o alargamento do conceito de espaço: do espaço físico ao social, político e imaginário e daí até a noção de espaço como “campo de forças” que pode reger a compreensão das práticas discursivas” (BARROS, 2006: 463), pode-se inferir aproximações com outros campos do saber. Ao dialogar com espaço imaginário ou espaço literário, por exemplo, o historiador tem diante de si a possibilidade de se aproximar da Psicanálise, da Crítica Literária, da Semiótica e de tantas outras disciplinas que ofereçam novas possibilidades e métodos para o fazer histórico.

Barros, no mesmo texto, definiu espaço como “lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores.” (P.462).

Ainda alargando o conceito de espaço para os liames do discurso, Albuquerque Junior afirmou que “O espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso” (p.108), ou seja:

*“... o que faz um supermercado não é apenas suas paredes e prateleiras, mas as relações humanas, as relações sociais, as redes de códigos sociais e culturais que ali se desenrolam. São as práticas que trabalham este espaço, que o tornam vivência e experiência, são os sentidos que seus praticantes lhe dão, são os desejos, fantasias, sonhos, imagens que sobre ele se projetam, que constitui como espaço social, cultural e histórico...” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008:108).*

Na abordagem feita por Barros e Albuquerque Junior, não cabe à concepção de região apropriada da Geografia pelos historiadores. A região seria um dado espaço caracterizado por uma homogeneidade interna com relação a certos e variáveis critérios (não necessariamente estáticos). A principal crítica feita aos modelos que tomaram a região por grade de estudo foi a de que o espaço era previamente determinado, que as regiões já vinham previamente definidas, muitas vezes como recortes geográficos e administrativos e que o historiador se limitava à sua escolha. Este modelo não é compatível com o alargamento dos domínios historiográficos e com os novos problemas surgidos.

Outras categorias, entre elas paisagem e território, também apropriadas da Geografia pela História, dialogam melhor com as questões recentes. Entenda-se por paisagem não apenas o seu aspecto natural, mas também o cultural. Um autor que discute bem com esta categoria é Simon Schama. Sua obra *Paisagem e memória* tem influenciado muitos estudos que colocam o espaço em plano equivalente ao tempo na pesquisa histórica. Para o autor:

*“... Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas... é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos...”* (SCHAMA, 1996: 17).

Ao perceber a paisagem em seu aspecto natural, estuda-se um “*padrão de visualidade que se mostra ao homem no seu estado de percepção mais espontânea, foi... o primeiro grande aspecto a ser considerado pelo conhecimento geográfico no seu esforço de compreensão do mundo.*” (BARROS, 2006: 464). A paisagem no seu aspecto cultural enfatiza “as interferências do homem que acabam por imprimir-se na fisionomia de um determinado espaço conferindo-lhe nova singularidade.” (BARROS, 2006: 464).

Por fim, dialogando com o geógrafo Claude Raffestin que distinguiu espaço de território, temos o último conceito que nos propomos a trabalhar como categorias importantes que influenciam a pesquisa em História Ambiental. Raffestin afirmou que :

*O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço.* (RAFFESTIN, 1993:144).

A territorialização ocorre com as práticas da vida real e com as ações empreendidas pelo sujeito de conhecimento. A consciência de uma territorialidade que é transferida ao espaço transcende o mundo humano, podendo, por exemplo, ser observada em vários animais.

Tal qual ocorre com os conceitos de tempo, espaço, paisagem e região, o conceito de territorialidade pode ser alargado, permitindo-se territorialidades superpostas, desterritorialização e reterritorialização que podem ser analisados em curta, média ou longa duração.

Por fim, refletindo sobre espaço, território e discurso, Barros afirmou que:

*Produzir ideias é se assenorear de espaços imaginários, e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos...implica e se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras, limites e interdições que foram tão bem estudadas por Michel Foucault. Em todos estes casos, enfim, a produção estabelece territórios, redefine espaços. E de todos estes tipos de espaço deve se apropriar o historiador no exercício do seu ofício. (BARROS, 2006: 475).*

Estes foram os diálogos que se iniciaram na França e influenciaram em grande medida o surgimento e a legitimação da História Ambiental enquanto ramo autônomo do saber histórico.

## **A História Ambiental**

A História Ambiental surgiu na década de 1970, mais especificamente em 1972, nos Estados Unidos. O termo foi cunhado pela primeira vez na Universidade da Califórnia. Legitimando ainda mais a nova área de estudo, em 1977 foi formada a Sociedade de Estudos de História Ambiental (American Society for Environmental History).

Este novo campo do saber que se abriu para os historiadores dialoga diretamente com as fronteiras do conhecimento históricos, sendo influenciado por saberes advindos da Biologia, da Ecologia, da Geografia, da Geologia, da Sociologia, da Botânica, da Zoologia, da Agronomia, entre outros. Necessário enfatizar que a emergência de temas como a poluição, a preservação de recursos naturais, as mudanças climáticas, os estudos de Engenharia Genética e seus consequentes desdobramentos nas comissões de ética, também influenciaram a delimitação do objeto de estudo da História Ambiental.

Atualmente consideram-se três categorias de análise nos estudos de História Ambiental: a reconstrução de ambientes naturais do passado, o estudo dos modos humanos de produção e seu impacto no Ambiente e a análise da história das ideias, das percepções e dos valores sobre o mundo natural (Stewart, 1998; Worster, 1991; Drummond, 1997, 1999). No exercício proposto por Warren Dean em seu livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica* estas categorias de análise são entrelaçadas. José Augusto Pádua, na sua obra

*Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil 1786-1888* propôs um exercício a partir de apenas uma destas categorias.

Nos Estados Unidos, tido como berço da História Ambiental, alguns autores que ratificaram as pesquisas neste ramo, e suas principais obras são Alfred Crosby (*Imperialismo ecológico*), William Cronon (*Changes in the land*), Donald Worster (*Nature's economy. A History of ecological ideas*), Stephen Pyne (*A human history of fire in America*) e Clive Ponting (*Uma história verde do mundo*). Estes tiveram suas obras influenciadas por Keith Thomas (*O homem e o mundo natural*), Edward Palmer Thompson (*Senhores e caçadores*), Raymond Williams (*O campo e a cidade na História e na Literatura*), Eric Hobsbawn, entre outros.

### **História Ambiental no Brasil**

No Brasil na década de 1960 ocorreu o crescimento das cidades, provocado pela explosão demográfica e pelo êxodo rural são intensificados. Esse adensamento populacional desordenado trouxe problemas de impactos ambientais causados pela urbanização de novas áreas: “Como resultado dessa expansão, processos geomorfológicos são alterados, e, em consequência, cheias, ravinas, voçorocas e desabamentos passam a constituir problemas afetando toda a comunidade” (DEL GROSSI, 1991:2009).

Thomas Skidmore (1988) se referiu a este período como o milagre econômico, iniciado em 1967 com o Governo Arthur da Costa e Silva que conseguiu um maior controle da inflação a qual, em anos anteriores, chegou a 80% ao ano e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma velocidade 2,18% maior do que a média mundial. Segundo Regina Horta Duarte (2007), este crescimento econômico se refletiu na paisagem das cidades, que tiveram que dar passagem aos inúmeros automóveis recém-adquiridos também pela nova classe média. A derrubada de árvores, a abertura de estradas, a exploração dos minérios, foram sinais do crescimento econômico de uma época. Mas o que parecia progresso trazia consequências desastrosas para os ecossistemas brasileiros.

Os debates das décadas de 1960 e 1970, aliados à situação política, econômica, social e cultural vivenciada pelo país, permitiram o afloramento de trabalhos de História Ambiental,

notadamente *A ferro e fogo*, escrito pelo brasileiro Warren Dean, deslocando o olhar do historiador para a percepção da devastação ocorrida na Mata Atlântica em nome de um progresso que beneficiava uma elite notadamente europeia. Atualmente a História Ambiental tem seu espaço consolidado no Brasil; autores de várias instituições escrevem a partir de seus preceitos teórico-metodológicos e discorrem sobre vários temas: relatos de viajantes oitocentistas, transformações no meio ambiente urbano ou rural, relações ser humano-Natureza, a exploração dos recursos naturais, relações do ser humano com os animais, entre outros. Regina Horta Duarte (UFMG), José Augusto Pádua (UFRJ), José Augusto Drummond (UNB) e Paulo Henrique Martinez (UNESP), são alguns dos nomes que referenciam os trabalhos brasileiros que tem a Natureza e suas transformações como fio condutor da pesquisa histórica.

Regina Horta Duarte, em seu livro *História e Natureza*, influenciada pelas obras de Michel Foucault e de Cornelius Castoriadis, propôs um exercício de História Ambiental diferente. Criticando o fato dos estudos de História Ambiental estadunidenses terem ignorado autores e obras francesas já referenciados anteriormente que, partindo das transformações sugeridas pela Escola dos Annales (que propunha a construção de uma história tendo por referência tudo o que tivesse relação com o ser humano, inclusive o Ambiente), podem influenciar as pesquisas sobre as relações História e Natureza.

### **A construção discursiva da Mata do Louzeiro- Campina Grande,PB**

Esta é uma pesquisa sobre um bairro de Campina Grande-PB, estudado ao longo de suas transformações espaciais: O Louzeiro, anteriormente uma fazenda, se incorporou à Cidade, se transformando em Bairro em 1965, e posteriormente, recebeu o status de zona de proteção ambiental pela Lei Orgânica Municipal de Campina Grande, em 1988.

Por se tratar de uma área com uma densidade demográfica de menos de 2 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE 2000), sendo um total de 1086 habitantes em 60 hectares, com características de mata, questiona-se como foi possível sua inserção enquanto bairro de

Campina Grande, e quais transformações resultantes da alteração do espaço rural em espaço urbano.

Em 1988, a Lei Orgânica Municipal transformou o Louzeiro em Zona de Proteção. Até o início da gestão atual constava no Plano Diretor do Município de Campina Grande, que o Louzeiro é uma Zona de Proteção passível de desapropriação, já que se tratava de uma propriedade privada, para que seja avaliada pelo IBAMA a possibilidade de transformação deste espaço em uma Área de Preservação Permanente, haja vista o fato de ela atender a todos os requisitos necessários para tal, inclusive abrigando fontes de água doce.

Em março de 2013, por um projeto capitaneado pela Secretária da Cultura do município de Campina Grande, foi implantado o Jardim Botânico da Mata do Louzeiro sem que, para tal, fosse feita uma recuperação das áreas degradadas, nem um projeto de realocação da população que vive neste espaço.

Apesar de ser uma zona praticamente desabitada, o Louzeiro é o espaço de várias práticas de burla tanto no turno diurno quanto no noturno. Isto ocorre por sua posição geográfica: A Mata faz fronteira com sete bairros da cidade, ao leste com os bairros de classe média-alta (com uma crescente demanda por terras para a construção de condomínios horizontais) e ao oeste com algumas favelas. Ao ser instituída a zona de proteção, muitas destas práticas se tornaram criminosas, tais quais a caça, a retirada de lenha, o despejo de resíduos industriais, a retirada de barro para olaria que funciona no próprio local, entre outras.

A presente pesquisa, ainda em andamento, tenta responder às questões sobre estas transformações ocorridas neste espaço: Quais as efetivas mudanças que levaram o Poder Público Municipal a transformarem um espaço rural, com todas as peculiaridades de uma mata, em zona urbana? O que mudou neste espaço e nas práticas dos seus frequentadores e moradores com essa transformação? Em 2009, quando da promulgação da Lei Orgânica Municipal, quais as correlações de força e poder levaram o Poder Público a transformar o Louzeiro em Zona de Proteção, protegida por Lei e passível de desapropriação? Em 2013, quando da implantação do Jardim Botânico da Mata do Louzeiro, qual o cenário que servia como pano de fundo para esta decisão política? O que pode se encontrar, além do discurso de proteção ambiental dos gestores de políticas públicas, que efetivamente influenciou esta



transformação? Porque a Mata do Louzeiro, localizada a 10 minutos do Centro de Campina Grande, sendo a primeira fonte de água doce do Município, hoje um ecótono importante do ponto de vista ambiental, não é conhecido pela maior parte da população desta Cidade?

Tendo tais perguntas como eixo norteador, este trabalho se debruça na análise dos vários discursos (jurídico, político, institucional, ambiental, entre outros) envolvidos nas transformações do espaço em questão e no contraste existente entre o que se propõe de forma discursiva e o que se pratica não apenas pelos gestores de políticas públicas, mas também pela própria população do entorno que frequenta e se beneficia com os recursos extraídos da Mata do Louzeiro.

Estudar o meio ambiente em uma perspectiva histórica implica necessariamente em deslocar o olhar no sentido de dialogar de forma mais íntima com o espaço. Espaço aqui trabalhado na concepção de paisagem como elemento culturalmente construído, como define Simon Schama. Em um primeiro momento da pesquisa enfatizaremos este debate das aproximações e distanciamentos entre o que é natural/cultural em um estudo sobre uma mata urbana e como a interação ser-humano-natureza possibilita usar a Mata como um arquivo através das camadas de história que podem ser escavadas neste lugar. Camadas que, no caso em questão, perpassam o político, o cultural, o social, o econômico e o jurídico.

Simon Schama afirma que paisagem é uma obra da mente que se compõe tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas. Escrever uma história possível das relações do ser humano para com a natureza perpassa por essas camadas de lembrança que habitam a História humana. Com o mesmo autor faz-se uma análise da discursão no que toca a História Ambiental que, *“embora seja uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas hoje, ela, inevitavelmente expõe o mesmo quadro desanimador: terras tomadas, exploradas, exauridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor capitalista”*. (SCHAMA, 1996:23) Essa agressão se concretiza com a exploração dos recursos da Natureza com o intuito de produzir um excedente visando o abastecimento do comércio.

Para pensar as mudanças ocorridas quando da transformação da fazenda em espaço urbano o debate de Raymond Williams será fundamental para situar os deslocamentos de

olhar, as desconstruções de referenciais e as transformações nas práticas cotidianas dos moradores do novo bairro da Cidade que agora reivindicam a “modernização” da área com a possibilidade de “urbanização, entre elas, para atender às demandas da construção civil.

O segundo recorte, o que dialoga diretamente com o discurso ambiental e jurídico é fundamentado na transformação do espaço urbano em zona de proteção ambiental que enseja a prática de contravenções e crimes ambientais no cotidiano das populações circunvizinhas; Práticas essas anteriormente tidas como corriqueiras e comuns no sentido de auxiliar na sobrevivência dessas comunidades á medida em que elas acessavam estas áreas principalmente em busca de recursos naturais que garantiam a sua sobrevivência em sociedade.

As táticas utilizadas pelas populações do entorno do Parque para burlar o conjunto de leis que os protegem e explorá-los de forma que eles possam ter algum valor econômico, são entendidas à luz de Michel de Certeau. O autor afirmou que a tática é o aproveitamento de uma ocasião para se fazer um deslocamento nas relações de poder. Ela se apoia na estratégia (o conjunto de leis e as ações de fiscalização da área), que é o planejamento a médio e longo prazo racionalizado de uma dada ação ou de um dado discurso para provocar um deslizamento, um campo de escapatória. (CERTEAU, 1998). A sociedade busca nesta zona de preservação lenha para abastecer pizzarias, restaurantes e padarias; pasto para o gado, principalmente no que deveria ser a mata ciliar dos córregos e riachos, que atravessam a reserva; um local para depositar resíduos industriais advindos notadamente dos curtumes da cidade; recursos naturais para olaria; entre outras formas de explorar os recursos naturais lá existentes.

O terceiro recorte, bem recente, o de 2013, tenta compreender as razões pelas quais a Secretaria de Cultura, e não a Secretaria de Meio Ambiente de Campina Grande, PB, capitaneou um projeto de implantação de um Jardim Botânico na Mata do Louzeiro, os motivos pelos quais esta ação ocorre logo no início de uma nova gestão municipal, e os discursos e práticas que envolvem esta implantação.

Nesse ponto, um diálogo com Ferdinand Saussure enriquece a discussão: a dicotomia língua x fala na ótica saussureana, se aproxima da História Oral na perspectiva de que segundo aquele autor:

*“A língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros e que está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, possui homogeneidade e por isto é o objeto da linguística propriamente dita. Diferente da fala que é um ato individual e está sujeito a fatores externos, muitos desses não linguísticos...”*.(SAUSSURE,1988:39).

As entrevistas com moradores locais das zonas de proteção que estamos discutindo e até as conversas informais são mascaradas por medos e lacunas, principalmente devido à burla da proteção ambiental do espaço em questão, mas também devido à limitação na perspectiva linguística que a população local, em sua maioria, semialfabetizada, tem. A dificuldade dessas pessoas em expressar por meio de palavras, o que pensa e sente no tocante aos parques ecológicos exige que o historiador, ao conversar com a comunidade que mora no entorno dos parques ecológicos, exercite a capacidade de assimilar também o que não foi dito. Conforme sugeriu Michel Foucault.

Michel Foucault (1999, p 8-9) afirmou que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. “[...] não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Tomando por base a forma como se produz o discurso, é possível pensar nas relações de poder que se enfrentam quando da urdidura de um Código Florestal, ou de qualquer outra Lei que trate da proteção de recursos naturais. No Brasil, como em vários países, existem muitos conflitos ambientais que tem como cenário privilegiado de debates o Congresso Nacional, os Tribunais de Justiça, os palanques políticos, as tribunas das casas de representação, entre outros. O enfrentamento entre esses grupos tecem a conjuntura atual da Mata do Louzeiro, não sem a interferência da sociedade e da conjuntura cultural-político-econômico-jurídica em sua trajetória.

**À guisa de conclusões**

Na década de 1980 a História Ambiental surgiu nos Estados Unidos respondendo às necessidades e sensibilidades da sociedade da década e 1960. Embora seja um ramo recente, a História Ambiental vem se legitimando e se consolidando perante os pares, enfatizando em suas pesquisas a interação do ser humano com a natureza e dialogando com conceitos como paisagem, espaço, território, e diferentes ritmos de tempo.

Alargando as fontes de pesquisa para o historiador, a História Ambiental se propõe a um exercício interdisciplinar, o que não implica na perda do lugar de fala do historiador. Este sempre vai buscar as transformações, as rupturas, as permanências, nas interações do ser humano com o Ambiente (os relatos dos viajantes oitocentistas, como os recursos naturais são explorados ao longo da história, as transformações nas sensibilidades humana para com o meio, a percepção de ser parte de um todo, a visão sistêmica dos problemas ambientais, são alguns dos objetos das pesquisas na área).

No Brasil este novo ramo da História conta com vários representantes, muitas pesquisas em várias regiões e instituições e um vasto público que lê as produções e participa dos eventos dedicados aos diálogos entre a História e o Ambiente.

Por seu caráter interdisciplinar, a História Ambiental abre espaço para problematizar vários discursos e para dialogar com procedimentos teórico-metodológicos de outras áreas para auxiliar nas pesquisas. Construindo uma nova percepção para a História, o historiador se constrói a partir das suas percepções, de seus questionamentos e de sua forma de pensar e sentir sua relação com a Natureza ao longo da História.

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O espaço em cinco sentidos: sobre a cultura, poder e representações espaciais**. In: Nos destinos de fronteiras: História espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.p. 97-124.

BARROS, José D'Assunção. **História, espaço e tempo. Interações necessárias**. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CRONON, William. **Changes in the Land: Indians, Colonists and the ecology of New England**. New York: Hill and Wang. 1998.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL GROSSI, Sueli Regina. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da Natureza**. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana. São Paulo: USP. (Tese de Doutorado em 1991).

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental e o choque das civilizações**. In *Ambiente e Sociedade*, Ano III, n5, 2º Semestre, 1999.

\_\_\_\_\_. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In *Estudos Históricos*, RJ, vol.4, n. 8. 1997

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006

PADUA, J. A. **Um País e Seis Biomas - Ferramenta Conceitual para o Desenvolvimento Sustentável e a Educação Ambiental**. In: José Augusto Pádua. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, v. , p. 118-150.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PYNE, Stephen: **Fire in America. A Cultural History of Wildland and Rural Fire**. Washington: University of Washington Press, USA, 1999

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo à Tancredo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEWART, M. A. **Environmental History: Profile of a developing Field**. In: The History Teacher, vol. 31, nº 3, 1998.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural. Mudanças de atitude em relação às Plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra**. Tradução: Denise Bottman. Coleção Oficinas da História: Paz e Terra, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. **Nature's Economy. A History of Ecological Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, USA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Para fazer História Ambiental**. In Estudos Históricas, vol. 4, n. 8, 1991.